

**O DEVER DE MEMÓRIA E A DOCUMENTAÇÃO**  
**SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
THE DUTY OF MEMORY AND DOCUMENTATION  
OF CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ

**EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES** | Professora doutora associada III da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em História Social da Amazônia da UFPA.

**RESUMO**

O artigo debate o uso da correspondência dos reitores da Universidade Federal do Pará com os órgãos de repressão e segurança da ditadura civil-militar, como a documentação da Assessoria de Segurança e Informação/UFPA e as memórias de ex-alunos e professores, para a construção de uma história social da instituição que inclua os traumas, silêncios e violações dos direitos humanos.

*Palavras-chave: ditadura civil-militar; Universidade Federal do Pará; violações de direitos humanos.*

**ABSTRACT**

The article discusses the use of correspondences from the deans of the Universidade Federal do Pará with the security and enforcement agencies of the civil-military dictatorship, as the documentation of Assessoria de Segurança e Informação/UFPA and the memories of former students and teachers, in order to construct a social history of the institution which includes trauma, silences and human rights violations.

*Keywords: civil-military dictatorship; Universidade Federal do Pará; human rights violations.*

**RESUMEN**

El artículo aborda el uso de la correspondencia de los directores de la Universidade Federal do Pará con los órganos de represión y seguridad de la dictadura civil-militar, como la documentación de la Assessoria de Segurança e Informação/UFPA y los recuerdos de los antiguos alumnos y profesores, para la construcción de una historia social de la institución que incluya los traumas, los silencios y las violaciones de los derechos humanos.

*Palabras clave: dictadura civil-militar; Universidade Federal do Pará; violaciones de derechos humanos.*

Este artigo discute o uso da documentação da Assessoria de Segurança e Informações<sup>1</sup> da Universidade Federal do Pará e da SNI/DSI-MEC. Os documentos da universidade estão sob a responsabilidade do Arquivo Central e, em conjunto com a documentação dos órgãos superiores,<sup>2</sup> guardados na Secretaria-Geral da UFPA, formam uma base de registros sobre as relações estabelecidas entre os governos militares e as administrações universitárias. Há também a documentação dos arquivos fotográficos da Biblioteca Central e do Museu da UFPA. Esses acervos devem ser relacionados e analisados do ponto de vista do “dever de memória”,<sup>3</sup> usando-se para isso os registros das memórias de professores, ex-alunos e servidores da universidade que sofreram violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar<sup>4</sup> instalada no Brasil em 1964.

O uso dos documentos referentes à relação dos governos militares com as administrações da universidade, como a documentação da Assessoria de Segurança e Informação<sup>5</sup> e a do gabinete dos reitores, contribuirá para a construção de uma memória que se contrapõe à memória oficial estabelecida na instituição. Esta documentação é muito importante para se constituir uma história social mais ampla da UFPA, uma história que incorpore os traumas, os silêncios e as memórias de um tempo de repressão e violação dos direitos humanos.

No dia 19 de setembro de 2012, o Ministério da Educação, “considerando a necessidade de colaborar com a consecução dos objetivos da Comissão Nacional da Verdade [...] resolve: instituir, no âmbito do Ministério da Educação, a comissão para o levantamento de documentos, produzidos no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988”. No dia 1º de outubro do mesmo ano, a Secretaria Executiva da Comissão para levantamento documental envia o ofício circular n. 015/2012/SAA/MEC para o reitor da Universidade Federal do Pará, professor Carlos Edilson de Oliveira Maneschky, solicitando o levantamento e identificação de documentos que tratassem da violação de direitos humanos naquele período no âmbito da UFPA, visando obter informações de medidas arbitrárias impostas por agentes públicos. Solicitava também que esses conjuntos documentais fossem remetidos ao MEC no dia 15 de outubro.

Para tentar responder à solicitação do ministério, foi organizado o projeto de pesquisa denominado “Os anos de chumbo na UFPA: memória, história, trauma e cultura educacional (1964-1985)”, sob minha coordenação, com o objetivo de fazer o levantamento documental

---

1 Assessoria de Segurança e Informação (ASI) era o “tipo de órgão setorial de informação existente dentro das universidades, fundações e empresas públicas, como Telebrás, Petrobras, Correios. As assessorias foram organizadas pelo decreto n. 60.940, de 1967, que também criou órgãos vinculados a Divisões de Segurança e Informações (DSI)” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 61).

2 Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, e Conselho Superior de Administração.

3 O dever da memória, segundo Todorov (2000), contribuiu para o debate sobre os usos e os abusos da memória na sociedade contemporânea.

4 Trabalhamos com o termo usado por Carlos Fico (2004, p. 49).

5 Na Universidade Federal do Pará, a ASI foi criada em 1970 e era vinculada ao SNI. No Ministério da Educação, tivemos as Divisões de Segurança e Informações (DSI).

no Arquivo Central da universidade, a catalogação do acervo fotográfico da Biblioteca Central e do Museu da UFPA, bem como o registro de quarenta depoimentos, de professores, ex-alunos, servidores, que foram atingidos por atos dos governos militares ou das administrações superiores da Universidade Federal do Pará que provocaram violações de direitos.<sup>6</sup> Um dos objetivos do projeto é construir um acervo digital com os depoimentos, para que eles sejam fontes para a escrita de uma história da instituição que reflita sobre a relação entre os governos militares e a universidade. Este projeto está em andamento e pretende-se produzir um documentário sobre o tema.

O acervo digital será publicado na página da Assessoria de Educação a Distância (AED) da Universidade Federal do Pará. É um acervo de fontes orais e visuais. O processo de seleção dos depoentes e os registros das memórias foram feitos com roteiro específico e definidos de acordo com os procedimentos da metodologia de história oral. Um dos critérios para definição dos depoentes foi registrar as memórias de pessoas que sofreram violações dos direitos humanos e cuja história de vida expresse traumas ainda presentes. Na universidade, desde 2010, está sendo construído um repositório multimídia no âmbito da AED, o UFPA Multimídia, visando incentivar o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICS) no ensino de graduação e estabelecer um canal de diálogo entre a produção de conhecimento científico e a sociedade. O UFPA Multimídia disponibiliza a produção científica desenvolvida na Universidade Federal do Pará em linguagens multimídia (vídeo, áudio, foto, animação). A ideia é que essa plataforma se torne um espaço de interação ciência-sociedade, permitindo que diversos públicos realizem seus próprios processos de construção de conhecimento.

Nossa pesquisa parte do pressuposto de que trabalhar com memórias implica um processo de negociação, no qual o historiador tem um papel relevante no registro destas memórias, na medida em que as seleciona. Há, portanto, um processo de construção, elaboração e registro de diferentes memórias. O repositório é um espaço digital e amplia o conhecimento produzido, nesse caso sobre as memórias de educadores da UFPA, e cria um ambiente de troca com a sociedade, ou seja, amplia o acesso às memórias, democratizando e enriquecendo o conhecimento sobre os processos históricos (Miranda; Eliasquevici; Sirotheau, 2012, p. 8).

Nosso projeto irá debater as fronteiras entre memória, história e justiça. Já foram registrados os depoimentos de 33 pessoas<sup>7</sup> que relataram as prisões de 1964, os inquéritos policiais-militares implantados na universidade, os processos de ocupação das faculdades em 1968, as intervenções nos diretórios acadêmicos, a não contratação de professores por discordância do SNI, as mobilizações dos estudantes sobre a implantação da reforma universitária, a reorganização do movimento estudantil na UFPA nos anos setenta, a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), a morte do estudante César Leite por um agente da Polícia Federal em sala de aula e a prisão de oito estudantes, acusados de atentar contra a Lei

---

6 Os registros estão sendo publicados no repositório institucional da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br>>.

7 Foram entrevistados professores e ex-alunos dos anos sessenta e setenta.

de Segurança Nacional. Todos esses temas estão presentes na documentação pesquisada e serão relacionados às memórias dos professores e ex-alunos.

Em 2014, o golpe civil-militar completa cinquenta anos. O debate envolvendo a violação dos direitos humanos e a tortura, e a pesquisa sobre a repressão exercida pelos governos militares são cada vez mais urgentes. Janaína de Almeida Teles (2010) afirma que, no Brasil, o acerto de contas com o passado da ditadura não está concluído, a radiografia dos atingidos pela questão política ainda está por ser completada. Para a autora, “prevalece a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência”. É necessário aprofundarmos a luta pela verdade e pela justiça hoje no Brasil. Verdade aqui entendida como resultado de um processo investigativo, com produção de provas testemunhais e documentais, como decorrência de análises, cruzando várias fontes e contendo reflexões sobre os documentos e a forma como eles foram produzidos. Nesse sentido, a verdade da qual falamos é uma verdade possível, provisória, constituída a partir da análise documental. É uma possibilidade histórica, diante das evidências encontradas.

Investigar os processos de violação dos direitos humanos ocorridos no âmbito da UFPA durante o período dos governos militares traduz o anseio de parte da sociedade de conhecer os graves delitos que atentaram contra os direitos humanos. Nosso projeto está inserido no campo acadêmico que debate o direito à memória, para que as gerações futuras conheçam e se previnam de violações desses direitos. O registro das memórias e seus usos na pesquisa e na construção da narrativa histórica fazem dos testemunhos fontes especiais para o historiador, que lhes confere um estatuto particular quando escolhe os seus depoentes e os interroga, estabelecendo fronteiras entre o passado e o tempo presente do relato. Isso exige do historiador uma lógica nova de investigação. O historiador do tempo presente, nesse sentido, inova no método ao constituir o objeto de investigação, o que se faz com dificuldades e tensões (Pollak, 1989). Nossa iniciativa é um projeto do tempo presente e trabalha com documentos sensíveis. Segundo Roger Chartier:

O pesquisador é contemporâneo dos objetos e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância ao invés de um inconveniente pode ser um instrumento de auxílio importante para o maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo, e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história (apud Ferreira; Amado, 1996, p. 216).

A memória oficial da UFPA ressalta as obras realizadas no período dos governos militares, as reformas acadêmicas, a implantação do *campus* do Guamá (Meira, 2007, p. 15; Mendes, 2007, p. 40), ou seja, o caráter modernizante do regime, em relação às mudanças ocorridas nas universidades no pós-1964. Destaca as ações desses governos, principalmente suas propostas para o ensino superior no Pará. As memórias e as histórias das práticas repressivas, dos constrangimentos, dos traumas foram “esquecidas” e hoje são temas importantes para o

estudo da história e para as práticas arquivísticas, na medida em que colocam a necessidade de registro das memórias e do acesso cada vez mais amplo à documentação dos órgãos repressivos, como parte de um dever de memória. Há uma memória submersa (Fico, 2012, p. 47) que no atual contexto histórico clama por reconhecimento.

A Universidade Federal do Pará foi uma das instituições de nível superior “criadas” pelo regime ditatorial, embora sua lei de criação seja de 1957 (Fontes, 2007, p. 56). O *campus* do Guamá só se tornou realidade nos governos que se instalaram no pós-64. A reforma universitária, a criação da pós-graduação, da pesquisa, o fim do sistema de cátedras, a implantação de departamentos, o aumento do número de vagas, a implantação do sistema de crédito, a construção dos prédios das faculdades, da Biblioteca Central, do ginásio de esportes, dos blocos de salas de aula, laboratórios, cursos tecnológicos são parte de um projeto modernizante dos regimes militares para as universidades brasileiras. Em relação à reforma universitária, os governos da ditadura civil-militar incorporaram parte das propostas dos movimentos sociais, principalmente dos estudantes das universidades, que antes do golpe realizaram vários seminários nacionais e internacionais sobre a reforma (Motta, 2008). No caso da UFPA, há um silêncio sobre as resistências à reforma universitária, proposta pelos governos militares. Houve a produção de um silêncio e não se registraram, institucionalmente, as memórias, os testemunhos das relações e das práticas repressivas implantadas na universidade.<sup>8</sup>

A memória produzida e aceita na instituição é aquela que atribui ao *campus* da UFPA o nome do reitor Silveira Neto,<sup>9</sup> sem mencionar a repressão e a violação dos direitos humanos de professores e alunos na sua administração. Não se fez uma crítica da memória institucionalizada ou se apresentou a possibilidade de outras leituras do passado. Não foram produzidos conhecimentos sobre a história da Universidade Federal do Pará incorporando as experiências de violação dos direitos humanos ocorridas nas instituições federais de ensino superior durante a ditadura civil-militar.

O controle da memória coletiva foi uma preocupação constante dos governos militares. A criação de mecanismos para excluir, vigiar e controlar os subversivos e os inimigos do regime está no centro da questão que trouxe as ASI, como instituições vinculadas ao SNI, para a UFPA. O professor Raymundo Heraldo Maués,<sup>10</sup> que foi um militante da AP (Ação Popular) no Pará e chegou a ser um de seus coordenadores no estado nos anos sessenta, declara:

Prenderam a mim, o Valente, nós ficamos incomunicáveis com o exterior, na verdade nós ficamos no mesmo quarto, um quarto de oficiais, onde ficamos presos na Aeronáutica, fomos torturados, mas enfim, nós já tínhamos nos afastado da AP. [Quanto tempo o senhor ficou preso?] um mês. [Onde o senhor ficou?] no quartel da Aeronáutica. [E que

---

8 Exceção à regra foi a publicação de Fontes (2007).

9 Reitor da UFPA de 1960 a 1969, é lembrado como o construtor da universidade.

10 Depoimento de Raymundo Heraldo Maués concedido ao projeto “Universidade Multicampi – 25 anos de ensino superior regionalizado no Pará”.

tipo de tortura eles fizeram com o senhor?] Aqueles tapas no ouvido, faziam uma encaenação, havia dois majores que tomavam conta de nós, o major Ulisses e o outro eu não consigo lembrar o nome, que era o negro [...], pois é, um era o bom o outro era o mau, o Ulisses era o bonzinho, o negro era o mauzinho, aí em alguns momentos altas horas da noite, ele ia e nos pegava, individualmente, nos levava para uma sala, onde havia várias pessoas fortes, que nos davam essas tapas e queria que a gente confessasse as coisas, aí num determinado momento o major Ulisses chegava lá, vamos acabar com isso, vocês estão cometendo um abuso, quer dizer ele era o bonzinho, mas a ameaça estava sempre presente, só que nós não sabíamos mais de nada, nós havíamos nos desvinculado totalmente, eles conseguiram também, saber dos outros nomes por uma série de razões, [...] aí em um determinado momento como eles não tinham mais como nos manter presos, nós fomos soltos, Valente e eu [...].

Como podemos observar, o professor Heraldo Maués tem uma memória muito interessante sobre as atuações dos governos militares na Amazônia em relação, sobretudo, a professores, estudantes e servidores que sofreram perseguição política de agentes públicos, nomeadamente na segunda metade dos anos sessenta, e que, no nosso entendimento, são memórias importantes para a análise da história da Amazônia, mais precisamente sobre as décadas de 1960/70, e da relação de educadores e servidores da UFPA com os governos militares. O professor Heraldo Maués menciona o processo aberto contra ele no SNI, junto ao Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica da 8ª Circunscrição Judiciária Militar (CRM), com base no artigo 9º da lei n. 1.802/53. A denúncia foi feita em 15 de março de 1969 e recebida em 15 de janeiro de 1970. O processo transitou em julgado em acórdão de 27 de março de 1972.<sup>11</sup>

Pedro Galvão era o presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) em 1964, quando houve a invasão da sede da entidade pelo Exército,<sup>12</sup> e passou mais de cinquenta dias preso, indiciado em inquérito policial-militar. Os depoimentos que já registramos revelam processos de prisões, torturas e aposentadorias compulsórias. A geração de 1964 relata como foram a invasão da UAP, os processos de inquérito militar, o clima de repressão na UFPA e as tentativas de controle das manifestações estudantis. Os estudantes presos em 1964, quando falam de suas experiências, expressam o medo que vários setores da sociedade tinham dos subversivos. Eles foram processados sem culpa formada, presos e perseguidos, impedidos de serem contratados por órgãos públicos, torturados e marcados para a vida toda. O professor João Paes Loureiro lembra os anos difíceis do mandato do reitor Silveira Neto, quando o *campus* que se instalou no Guamá não pôde se tornar, “a curto ou médio ou quase longo prazo, o desejado ‘lócus’ de liberdade de ideias, exercício de debate, e da crítica, prazer comunitário, [...] amizade, arte e cultura” (Loureiro, 2004, p. 127). Loureiro foi preso em Belém e levado para

---

11 Idem.

12 Depoimento de Pedro Galvão concedido ao projeto “UFPA e os anos de chumbo: memória, história, trauma e cultura educacional (1964-1985)”.

o Rio de Janeiro, para o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), onde ficou preso por alguns meses e foi torturado. Ele declara que era uma prática da ditadura não informar a prisão das pessoas. Lembra que foi preso e conduzido à Central de Polícia junto com militantes do PCB. Depois foi levado para a 5ª Companhia do Exército: “eram sete pessoas em uma cela pequena que só dava para quatro pessoas, nós dormíamos atravessados, para poder dormir todo mundo”. Paes Loureiro era aluno do curso de direito e coordenador do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC/UNE) no Pará. Foi preso e torturado em 1964. Ainda atrás das grades, foi eleito orador da turma. Havia, segundo ele, gente que apoiava o golpe civil-militar e fazia declarações discordando de sua escolha. Sabendo disso, ele pediu uma nova eleição para definição do orador e foi eleito com mais votos do que na anterior.

Quando se aproximava a colação veio um documento do comando da revolução para Faculdade de Direito, cujo diretor era o professor Aloísio Chaves [...] se eu fosse mantido como orador, o prédio seria interditado, por ser um prédio público e não poderia um subversivo ser um orador. A direção da faculdade queria a mudança. A solução foi o silêncio. Eu seria o orador sem fazer o discurso. [...] no dia da colação a faculdade foi cercada. Quando chamaram o meu pai para colocar o anel, todos levantaram, os alunos, seus paraninfos, pais, professores da faculdade, e aplaudiram de pé [...]. Foi a primeira vez no Brasil que um orador não falou.

No debate sobre a reforma universitária, em 1968, a UFPA teve ocupadas todas as suas faculdades, com exceção de odontologia e farmácia.<sup>13</sup> Novamente, tivemos perseguições e prisões.

Eu vinha para mudar o mundo e o curso era para acomodar o mundo [...] lutávamos pelo fim da ditadura, por mais verbas, pelo fim dos excedentes, contra a reforma universitária, pela dispersão dos alunos, com a reforma, não havia mais turma [...] tinha passeatas, atividades, correias, orientações, que vinham do Rio [...]. Fui simpatizante do PCB, depois fui para a AP, saí por achar muito parada, depois fui para a VAR-Palmares. Eu queria a luta armada.<sup>14</sup>

Para aprimorar o controle e a vigilância sobre os “elementos subversivos” no interior da UFPA, foi implantada a ASI, a fim de dar assessoria aos reitores. As ASI fizeram parte do sistema de informações da ditadura militar. No âmbito das universidades, foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o MEC ter aprovado seu plano setorial de informações. No organograma do Sistema de Informações do Ministério da Educação, figuravam ainda assessorias regionais de segurança e informações, com a sigla ARSI. De acordo com seu regimento inter-

---

13 Foram ocupadas, entre outras, as faculdades de direito, medicina, engenharia, arquitetura, química, história, ciências sociais, geografia, letras e matemática.

14 Depoimento de Margareth Moura Reflalesky concedido ao projeto “UFPA e os anos de chumbo: memória, história, trauma e cultura educacional (1964-1985)”.

no, o papel principal das assessorias regionais seria coordenar as atividades das ASI, ou AESI (Assessorias Especiais de Segurança e Informação), em sua respectiva região, servindo de elo entre estas e a Divisão de Segurança e Informações do MEC. Em 1970, temos conhecimento da implantação da ASI na UFPA por um documento dirigido ao reitor Clóvis Malcher, solicitando estrutura e indicando servidores a serem contratados pela universidade.<sup>15</sup>

A criação da ASI deu-se no contexto político de 1968, com o acirramento das críticas à ditadura civil-militar e a ocupação de diversas faculdades. Naquele ano, a UFPA era administrada pelo reitor Silveira Neto, que planejou e organizou a instalação da Universidade Federal do Pará. A ASI foi pensada no pós-68, com a instituição do AI-5, um processo que foi intensificado após as ações, consideradas subversivas pelos militares, praticadas pela esquerda armada. Os governos militares usaram as ações de crítica ao regime, como as grandes passeatas dos estudantes em 1968, para justificar o AI-5 (Filho; Freixo; Freitas, 2008, p. 12). Nos depoimentos dados ao projeto, temos informações de como o processo de ocupação das faculdades ocorreu, como se deram os confrontos com a administração do reitor Silveira Neto, como aconteceram a intervenção na Faculdade de Química, as aposentadorias compulsórias, o uso do artigo 447<sup>16</sup> para estudantes da UFPA, como parte dessas lideranças percebeu a implantação do AI-5 e quais eram suas posições perante a luta armada. Ficam bastante nítidas as opções feitas por parte dos estudantes na conjuntura do pós-64.

A VAR aqui, quando eu entrei a gente começou com uma perspectiva de luta armada, que era a proposta [...] eu saí do movimento estudantil [...] eu não podia ficar me expondo no movimento estudantil [...] eu estava entrando em uma proposta completamente oposta de onde eu estava [...] O plano da VAR era criar uma área estratégica, no Maranhão e Pará [...] onde iria ter uma guerrilha.<sup>17</sup>

Há documentos que comprovam a atuação da ASI na Universidade Federal do Pará.<sup>18</sup> Esta ação era ampla e se deu até meados dos anos oitenta.<sup>19</sup> Podemos perceber que as ASI “serviam de canal para o exercício de pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informação” (Motta, 2008, p. 45). Existem documentos oficiais da ASI, DSI/MEC, enviados aos reitores da UFPA, desaconselhando a contratação de professores. Por exemplo, os ofícios referentes a Aldo da Costa Silva, Léa Sales,

---

15 Ofício circular n. 001834, GR/04/75, confidencial. Belém, 6 de junho de 1975.

16 O decreto-lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, definia as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

17 Depoimento de Margareth Moura Reflalefsky concedido ao projeto “UFPA e os anos de chumbo: memória, história, trauma e cultura educacional (1964-1985)”.

18 Ofício confidencial GR n. 01/79, circular confidencial GR n. 3/69, ofício n. 009/73, ofício n. 013/69 e ofício confidencial n. 018/73/AESI/UFPA são exemplos dessa documentação.

19 Ofício confidencial n. 004/D/DSI/MEC, de 1º de fevereiro de 1980, em que o diretor da DSI/MEC, em comunicado ao reitor, “Informa que a transferência oficial da ASI para a DR-1 depende da criação de empregos de chefes de ASI, em processamento no Dasp”.

Roberto Cortez, Heraldo Maués, João de Paes Loureiro, Raimundo Villas e Ellen Cutrim, José Ubiratan da Silva Rosário, Sérgio Alberto Frazão do Couto, Armando Zurita Leão, João Januário Furtado Guedes,<sup>20</sup> Egídio Sales, entre outros, que foram indicados como professores com vinculações subversivas,<sup>21</sup> com processos no SNI, e vistos como prejudiciais para o ensino superior.

Outro tema bastante investigado pelo SNI, e que exigia ações repressivas, como as buscas e apreensões de material, eram as manifestações de “estudantes subversivos”. As solicitações eram feitas por meio de ofícios enviados aos reitores e tratavam, por exemplo, de alunos que foram ao congresso de reorganização da UNE,<sup>22</sup> exigindo providências dos reitores em relação a reuniões realizadas na instituição, informando os alunos enquadrados no decreto 477,<sup>23</sup> indicando aqueles que planejaram ações críticas à comemoração ao 5º aniversário da Revolução de 64.<sup>24</sup> Nestas comunicações percebe-se uma relação de hierarquia e a visão que os órgãos de segurança tinham dos dirigentes das universidades. Para eles exigia-se colaboração, lealdade para com os governos militares e para com a ideologia da segurança nacional. Outro assunto são os professores. O SNI queria saber dos agitadores,<sup>25</sup> ofícios questionando a liberação de professores para viagem ao exterior,<sup>26</sup> ofícios informando sobre os professores que foram atingidos por atos institucionais,<sup>27</sup> sobre reuniões clandestinas na faculdade de medicina,<sup>28</sup> pedindo informações dos professores da UFPA que fazem parte de organização ilegal. As ações culturais com presença de artistas vinculados a organizações clandestinas também foram vigiadas, como a peça “A ilha da Ira”,<sup>29</sup> de autoria de Paes Loureiro, e não passaram despercebidas.

---

20 Aldo Silva: ofício confidencial n. 67/75/AESI/UFPA, comunicado desaconselhando o aproveitamento do professor Aldo Silva, endereçado ao reitor. Belém, 7 de fevereiro de 1977. AC/UFPA; Léa Sales: informe n. 046/79/ASI/UFPA, pedido de contratação ou recontração de professores e exceção à professora Léa Sales; Roberto Cortez: depoimento publicado em Nunes (2004); Heraldo Maués: ofício confidencial n. 009/AESI/UFPA/73, desaconselhando o aproveitamento do professor Heraldo Maués, endereçada ao reitor Clóvis Malcher. 13 de setembro de 1973. AC/UFPA; João Loureiro: ofício confidencial n. 013/1973/AESI/UFPA. AC/UFPA; Raimundo Villas e Ellen Cutrim: informe n. 348/76/AESI/UFPA, sobre os alunos Raimundo Villas e Ellen Cutrim, que seriam subversivos; José Rosário: ofício confidencial n. 11/74. AESI/UFPA; Sérgio do Couto: ofício confidencial n. 15/74. AESI/UFPA; Armando Leão: ofício confidencial n. 216/78. ASI/UFPA; João Guedes: ofício confidencial n. 059/79. ASI/UFPA.

21 Ofício confidencial n. 13/69/DR/PA, solicitação endereçada ao reitor da UFPA. Belém, 21 de março de 1969. AC/UFPA.

22 Ofício circular confidencial n. 30/79/GAB/SESU, endereçado ao secretário de ensino superior, 10 de maio de 1979. Informe sobre o congresso da UNE, a ser realizado na Bahia.

23 Ofício n. 0078, endereçado ao diretor da Escola de Serviço Social da UFPA. Belém, 7 de fevereiro de 1975. AC/UFPA.

24 Ofício circular GR/3/69, confidencial. Belém, 28 de março de 1969. AC/UFPA.

25 Ofício circular GR/1/69, confidencial. Belém, 22 de março de 1969. AC/UFPA.

26 Telegrama confidencial recebido em 29 de setembro de 1977, referente à professora Edna Castro, informando que existiam restrições à sua contratação e à sua viagem ao exterior. AC/UFPA.

27 Documento assinado no dia 13 de junho de 1979 pelo diretor do Departamento de Pessoal (Depes), Carlos Prado, em que aparecem Epílogo Campos e Orlando Sampaio como professores titulares, Henry Kayath e Camilo Montenegro como adjuntos e Ruy Guilherme Barata como professor de ensino superior. AC/UFPA.

28 Memorando n. 164/78, endereçado ao prefeito do *campus* no dia 21 de dezembro de 1978, informando a ocorrência de reuniões clandestinas na antiga Faculdade de Medicina.

29 Informe “Movimentação universitária na UFPA – Escola de Teatro da UFPA – A peça *A ilha da ira*”, confidencial. Belém, 16 de dezembro de 1977. AC/UFPA.

Temos também o registro de vários ofícios pedindo o envio de documentos sobre a reorganização das atividades subversivas no interior das instituições federais de ensino superior (Ifes).<sup>30</sup> Essa documentação faz parte do acervo do Arquivo Central da UFPA, no fundo que reúne a correspondência dos reitores. A comunicação entre os reitores e os órgãos do SNI demonstra a preocupação com a propaganda e as ações dos subversivos e comunistas na universidade. Há uma obsessão em demonstrar a infiltração comunista.

As recomendações da ASI nem sempre eram aceitas pelos reitores e, algumas vezes, eles argumentavam pela contratação de professores não recomendados, como foi o caso de Heraldo Maués. O professor Maués, que teve sua contratação indeferida, sendo admitido na UFPA somente em 1972, por intermédio do professor Napoleão Figueiredo, foi aprovado em vários concursos de antropologia. Nesse caso, podemos perceber que as contratações de professores eram informadas ao SNI, que indicava aos reitores sua aceitação ou recusa, e estes decidiam se acatavam as restrições. Quanto a Heraldo Maués, o reitor Aloísio Chaves o contratou como professor colaborador até sair sua sentença no processo aberto contra ele, o que ocorreu logo em seguida, e só assim ele foi contratado para o cargo. Percebemos uma margem de manobra dos reitores. Silveira Neto não admitiu o professor Heraldo Maués, mas o reitor Aloísio Chaves o contratou. Já o mesmo reitor, Aloísio Chaves, não contratou o professor João de Jesus Paes Loureiro por avaliar que já tinha se exposto, incorporando o professor Heraldo. O professor Paes Loureiro só seria aceito pelo reitor Clóvis Malcher,<sup>31</sup> em 1977.

Essas restrições fizeram com que professores tivessem seus direitos violados quando da não contratação ou precisassem passar por constrangimentos, como Raimundo Netuno Nobre Villas, que não foi incorporado como pesquisador por ter sido julgado, à revelia, e condenado a três anos de reclusão por distribuir panfletos, em 1968, na ponte Rio-Niterói, contra o envio de brasileiros para a guerra do Vietnã.<sup>32</sup> O professor, naquele período, foi contratado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp),<sup>33</sup> como pesquisador, e só depois de sair do país clandestinamente, ir para os Estados Unidos, fazer o doutorado, com bolsa do governo americano, e retornar ao país, passado o tempo da condenação, já no processo de anistia, foi contratado pela Universidade Federal do Pará. A liberdade necessária para produção do conhecimento foi tolhida e várias vezes o clima de medo imperou entre os estudantes, principalmente após o AI-5.

A ASI/UFPA deve ter produzido um arquivo detalhado de sua atuação. Hoje temos conhecimento, por meio do relato de arquivistas, da falta de zelo com os documentos do período dos governos militares, que foram perdidos, extraviados e, por vezes, jogados no lixo. Muitas atas dos conselhos das antigas faculdades foram perdidas e até hoje não temos um acervo

---

30 Ofício n. 13/69, de 21 de março de 1969.

31 O reitor Clóvis Malcher foi o paraninfo da turma de direito de 1964 do professor Paes Loureiro e não pronunciou seu discurso em solidariedade ao aluno preso.

32 Ofício n. 348/76. Belém, 20 de outubro de 1976.

33 Depoimento de Raimundo Netuno Nobre Villas concedido ao projeto "UFPA e os anos de chumbo: memória, história, trauma e cultura educacional (1964-1985)".

fotográfico identificado, catalogado. Observamos que a documentação da ASI/DSI-MEC relaciona o dever de memória a passados sensíveis, a direitos violados, principalmente no período de 1964 a 1975. O dever de memória, em relação aos arquivos das Ifes, guarda a possibilidade de diálogo entre os testemunhos de professores, servidores e ex-alunos que, no período dos governos militares, tiveram seus direitos violados, e a documentação da instituição, sobretudo a comunicação entre os reitores e os órgãos de repressão, vinculados ao SNI. É um “dever de memória” ligado à busca pela verdade e pela justiça, à possibilidade de investigação e à produção de conhecimento. Os testemunhos tomam uma posição de protagonismo e encontram na documentação que não foi incinerada a confirmação de atos e ações administrativas, que venha legitimar parte de suas memórias e se contraponha à memória oficial das instituições federais de ensino superior. Existe a possibilidade do uso de fontes orais, de depoimentos, relacionando-os a fontes escritas, como os documentos oficiais das Ifes.

Temos um passado sensível e o “dever de memória” nos usos da documentação das Assessorias de Segurança e Informações das Ifes é um bom instrumento para instalação de uma esfera cada vez mais pública de direitos, inclusive o direito à verdade, à memória. Essas memórias são um direito, um dever, uma necessidade moral, jurídica e política (Sarlo, 2007, p. 47).

É preciso cuidado com a vitimização dos depoentes, dos opositores da ditadura militar no Brasil. Russo (1996, p. 137) chama a atenção para a função crítica da história e a necessidade de distanciamento. O historiador deve fazer uma análise crítica das memórias edificantes, heroicas. Ferreira (2012, p. 112) cita Philippe Joutard (2007, p. 115-112) afirmando ser “necessário promover um autêntico dever de história, que parte da memória, dela se nutre, mas sabe tomar o distanciamento necessário em relação a ela”, chamando à atenção que este autor dialoga com Rousso e Bedárída e que é necessário fazer a crítica da memória.

Nosso projeto se insere no horizonte das preocupações sobre memória, trauma e reparação. Na possibilidade de ver um passado que produziu traumas e medos ainda sentidos, vividos hoje. As memórias com que trabalhamos são analisadas como um ato de lembrar relacionado ao de esquecer. Para os nossos depoentes, a anistia é um esquecimento comandado (Ricouer, 2007, p. 48), não é um perdão. É uma censura de certas memórias em nome de uma sensatez política (Lafer, 2012, p. 13). O projeto “A UFPA e os anos de chumbo: memórias, traumas, silêncios e culturas educacionais (1964-1985)” é um espaço aberto para as vozes das vítimas de violação dos direitos humanos que tinham relações com a UFPA. Estas relações os fazem membros de uma comunidade de interesses e estabelecem relações de pertencimento. Nesses depoimentos podemos fazer a aproximação entre provas documentais escritas, como as já levantadas pelos gabinetes dos reitores da universidade, e as memórias das vítimas que falam de suas experiências e que sofreram “o mal sofrido de uma pena sem culpa” (Lafer, 2012, p. 16). Esta relação possibilita articular história e memória, principalmente por se estabelecer uma memória coletiva das vítimas dos governos militares na UFPA.

É necessário investigar outras verdades e com isto ter a possibilidade de restituir às vítimas o poder de narrar e indicar a diferença em relação à história institucional. A diferença que passa pelos depoimentos, que estabelecem uma forma de investigar, na medida em

que ouve, registra e disponibiliza várias memórias, várias histórias de vida e várias verdades. Queremos impedir o esquecimento pelo apagamento dos rastros (Lafer, 2013, p. 18).

Eu acho que valeu a pena tudo que a gente fez [...] há uma diferença entre esquecer e ter que esquecer. Se a gente pudesse queria esquecer-se das coisas ruins [...] mas às vezes a gente tem que esquecer [...]. Se lembrar era se entregar para o outro, era correr o risco de dizer o que não era para ser dito [...] Então é como se roubassem um pedaço de ti.<sup>34</sup>

Sabemos que muitos documentos foram destruídos, mas o que temos levantado até agora nos permite escrever sobre a vigilância, a tentativa de controle, a repressão pelo medo, pela ameaça sofrida por membros da comunidade universitária e que foram registradas nas correspondências trocadas entre os gabinetes dos reitores e os órgãos de repressão do Estado, instituídas no interior da Universidade Federal do Pará.

## Referências bibliográficas

BEDÁRIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 221-229.

FERREIRA, Marieta. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia et al. (org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2012.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan.-jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano; FREITAS, Jacqueline. *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2008.

FONTES, Edilza. *UFPA 50 anos: história e memórias*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

---

<sup>34</sup> Depoimento de Margareth Reflalesky concedido ao projeto “UFPA e os anos de chumbo: memória, história, trauma e cultura educacional (1964-1985)”.

GALVÃO, Pedro. Vencidos, vencedores. In: NUNES, André Costa et al. *1964: relatos subversivos – os estudantes e o golpe militar no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004.

JOUTARD, Philippe. Memória e história: como superar el conflicto? *História, Antropologia y fuentes orales*. Atravesar el espejo, Barcelona, n. 38, 2007.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Teresa. *A escrita da repressão e da subversão: glossário de termos dos arquivos da ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

LAFER, Celso. Justiça, história, memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica (org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013.

LEITE, Fernando César L. *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios transnacionais de acesso aberto*. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>>.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. O tempo presente do tempo passado. In: NUNES, André et al. *1964 – relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004, p. 25-76.

MEIRA, Alcyr. Universidade Federal do Pará: como tudo começou. In: MELLO, Alex F. de. *UFPA 50 anos: relatos de uma trajetória*. Belém: Ed. UFPA, 2007.

MENDES, Armando. A pré-história da UFPA à luz do argumento da sua visceral amazonidade. In: MELLO, Alex F. de. *UFPA 50 anos: relatos de uma trajetória*. Belém: Ed. UFPA, 2007.

MIRANDA, Fernanda; ELIASQUEVICI, Mariane K.; SIROTHEAU, Sibério. UFPA Multimídia: uma experiência de uso das TICs para o fortalecimento do ensino de graduação na Amazônia. *Diálogos de la Comunicación* (en línea), v. 85, p. 1-18, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória: o arquivo das ASI universitárias. *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 43-66, jul.-dez. 2008.

NUNES, André et al. *1964 – relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICOUER, Paul. *História, memória e esquecimento*. São Paulo. Ed: Unicamp, 2007.

RUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por verdade e justiça no Brasil. In: TELE, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Estado de Sítio).

TODOROV, Tzevetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

---

Recebido em 28/11/2013

Aprovado em 30/12/2014